

PROVA OBJETIVA

1. A empresa poderá constituir Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho centralizado para atender a um conjunto de estabelecimentos pertencentes a ela, desde que a distância a ser percorrida entre aquele em que se situa o serviço e cada um dos demais não ultrapasse:
 - a) 5.000 m (cinco mil metros).
 - b) 4.000 m (quatro mil metros).
 - c) 3.000 m (três mil metros).
 - d) 2.000 m (dois mil metros).
 - e) 1.000 m (mil metros).

2. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – CIPA será composta por representantes do empregador e dos empregados. Assinale a alternativa correta que corresponde a uma atribuição dos representantes dos empregados:
 - a) Manter o empregador informado sobre os trabalhos da CIPA.
 - b) Coordenar e supervisionar as atividades da secretaria.
 - c) Convocar os membros para as reuniões da CIPA.
 - d) Substituir o Presidente nos seus impedimentos eventuais.
 - e) Colaborar com a gestão da CIPA.

3. Compete ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, ouvida a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA os trabalhadores usuários, recomendar ao empregador o Equipamento de Proteção Individual – EPI adequado ao risco existente em determinada atividade. Assinale a afirmativa incorreta quanto ao uso do EPI adequado:
 - a) Capacete e capuz ou bataclava são EPI para a proteção da cabeça.
 - b) Óculos, protetor facial e máscara de solda são utilizados para a proteção dos olhos e face.
 - c) Vestimentas e colete à prova de balas, de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, são considerados exemplos de EPI para a proteção do tronco.
 - d) Luvas, creme protetor, manga, braçadeira e dedeira são considerados EPI para proteção dos membros superiores.
 - e) Macacão e cinturão de segurança são considerados exemplos de EPI para proteção do corpo inteiro.

4. Dadas as afirmativas abaixo referentes ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-7):
 - I. O empregador deverá custear, sem ônus para o empregado, todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
 - II. O empregador deverá indicar um coordenador responsável (médico) pela execução do PCMSO;
 - III. Compete ao empregador garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;
 - IV. Inexistindo médico do trabalho na localidade, o empregador poderá contratar médico de outra especialidade para coordenar o PCMSO.

Verifica-se que está(ão) correta(s):

- a) I, II, III e IV.
- b) I, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III, apenas.



5. O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA deverá incluir as seguintes etapas, exceto:
- Monitoramento da exposição aos riscos.
 - Registro e divulgação dos dados.
 - Implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia.
 - Antecipação e reconhecimento dos riscos.
 - Treinamento geral dos funcionários.
6. O memorial descritivo do projeto elétrico deverá conter, no mínimo, os seguintes itens de segurança, exceto:
- Precauções aplicáveis em face das influências externas.
 - Descrição da compatibilidade dos dispositivos de proteção com a instalação elétrica.
 - O princípio funcional dos dispositivos de proteção, constantes do projeto, destinados à segurança das pessoas.
 - Especificação das características relativas à proteção contra choques elétricos, queimaduras e outros riscos adicionais.
 - Recomendação de hospital para a transferência do acidentado, caso necessário.
7. Os dispositivos de partida, acionamento e parada das máquinas devem ser projetados, selecionados e instalados de modo que:
- Se localizem em suas zonas perigosas.
 - Não possam ser acionados ou desligados em caso de emergência por outra pessoa que não seja o operador.
 - Não impeçam acionamento ou desligamento involuntário pelo operador ou por qualquer outra forma acidental.
 - Possam ser burlados.
 - Não acarretem riscos adicionais.
8. Dadas as afirmativas abaixo sobre o que constitui risco grave e iminente nas caldeiras, temos a falta de:
- Válvula de segurança com pressão de abertura ajustada em valor igual ou inferior à Pressão Máxima de Trabalho Admissível – PMTA;
 - Instrumento que indique a pressão do vapor acumulado;
 - Injetor ou outro meio de alimentação de água, independente do sistema principal, em caldeiras a combustível sólido;
 - Sistema de drenagem rápida de água, em caldeiras de recuperação de álcalis.
- Verifica-se que está(ão) correta(s):
- I, II, III e IV.
 - I, apenas.
 - II, III e IV, apenas.
 - II e III, apenas.
 - I, II e III, apenas.
9. O exercício de trabalho em condições de insalubridade, assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário-mínimo da região, equivalente a:
- 60% (sessenta por cento), para insalubridade de grau máximo.
 - 50% (cinquenta por cento), para insalubridade de grau médio.
 - 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo.
 - 30% (trinta por cento), para insalubridade de grau médio.
 - 70% (setenta por cento), para insalubridade de grau máximo.
10. A organização do trabalho, para efeito da NR-17, deve levar em consideração, no mínimo, exceto:
- A exigência de tempo.
 - O modo operatório.
 - A repetitividade da tarefa.
 - As normas de produção.
 - O ritmo de trabalho.



11. Quanto às Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil, a NR-18 recomenda que o local destinado ao vaso sanitário (gabinete sanitário) deve:
- ter área de 2,00 m² (dois metros quadrados).
 - ter divisórias com altura mínima de 1,60 m (um metro e sessenta centímetros).
 - ter área de 1,00 m² (um metro quadrado).
 - ser provido de porta com trinto interno e borda inferior de, no máximo, 0,18 m (dezoito centímetros).
 - ter recipiente com tampa, para depósito de papéis usados, sem obrigatoriedade do fornecimento de papel higiênico.
12. O pavilhão de manipulação de pólvora branca e similares deve ser dotado de:
- piso e paredes permeáveis.
 - teto de gesso.
 - lâmina d'água de 0,10 m sobre o piso.
 - cocho de alvenaria com 1 m de largura à frente da entrada, também dotado com lâmina d'água de 0,15 m.
 - banheiros químicos em quantidade suficiente ao número de trabalhadores.
13. O Grupo de Segurança e Saúde do Trabalho a Bordo (GSSTB) fica sob a responsabilidade do comandante da embarcação e só não deve ser integrado por:
- Oficial encarregado da segurança.
 - Chefe de máquinas.
 - Mestre de cabotagem ou contramestre.
 - Tripulante responsável pela seção de saúde.
 - Técnico de segurança do trabalho.
14. O Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural (SESTR) deverá ser composto pelos seguintes profissionais legalmente habilitados, exceto:
- Engenheiro de segurança do trabalho.
 - Médico do trabalho.
 - Enfermeiro do trabalho.
 - Auxiliar de enfermagem do trabalho.
 - Assistente social.
15. A capacitação aos trabalhadores de saúde deve ser adaptada à evolução do conhecimento e à identificação de novos riscos biológicos, só não devendo incluir:
- os dados disponíveis sobre os riscos potenciais para a saúde.
 - as medidas de controle que minimizem a exposição aos agentes.
 - as normas e procedimentos de higiene.
 - as normas e procedimentos de trabalho.
 - as medidas para a prevenção de acidentes e incidentes.
16. A capacitação para trabalhos em espaços confinados deve ter carga horária mínima de dezesseis horas, ser realizada dentro do horário de trabalho, excetuando o conteúdo programático de:
- definições.
 - reconhecimento, avaliação e controle de riscos.
 - funcionamento de equipamentos utilizados.
 - procedimentos e utilização da Permissão de Trabalho à Quente e à Frio.
 - noções de resgate e primeiros socorros.
17. Só um item não é considerado elemento do Sistema de Gestão em Segurança e Saúde do Trabalhador:
- Política de segurança.
 - Planejamento.
 - Implementação e operação.
 - Verificação e ação corretiva.
 - Medidas para a prevenção de acidentes e incidentes.



18. Dadas as afirmativas abaixo referentes ao Embargo ou a Interdição – NR-3:

- I. O embargo implica a paralisação total ou parcial da obra;
- II. A interdição implica a paralisação total ou parcial do estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento;
- III. Embargo e interdição são medidas de urgência, adotadas a partir da constatação de situação de trabalho que caracterize risco grave e iminente ao trabalhador;
- IV. Durante a paralisação decorrente da imposição de interdição ou embargo, os empregados devem receber os salários como se estivessem em efetivo exercício.

Verifica-se que está(ão) correta(s):

- a) I, II, III e IV.
- b) I, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III, apenas.

19. Segundo a CLT - **Consolidação das Leis do Trabalho**, compete especialmente às Delegacias Regionais do Trabalho, nos limites de sua jurisdição:

- a) Impor as penalidades cabíveis por descumprimento das normas constantes no Capítulo VI, nos termos do art. 201, promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho; adotar as medidas que se tornem exigíveis, em virtude das disposições do Capítulo V, determinando as obras e reparos que, em qualquer local de trabalho, que se façam necessárias.
- b) Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho; adotar as medidas que se tornem exigíveis, em virtude das disposições do Capítulo V, determinando as obras e reparos que, em qualquer local de trabalho, que se façam necessárias.
- c) Promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho; adotar as medidas que se tornem exigíveis, em virtude das disposições do Capítulo IV, determinando as obras e reparos que, em qualquer local de trabalho, que se façam necessárias e impor as penalidades cabíveis por descumprimento das normas constantes no Capítulo IV, nos termos do art. 201.
- d) Classificar as empresas segundo o número de empregados e a natureza do risco de suas atividades, promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho; adotar as medidas que se tornem exigíveis, em virtude das disposições do Capítulo VI.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

20. A CLT aborda vários critérios relacionados à Segurança do Trabalho, dentre eles a prevenção à fadiga. No tocante ao valor de peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher, são permitidos:

- a) 40 kg (quarenta quilogramas).
- b) 50 kg (cinquenta quilogramas).
- c) 60 kg (sessenta quilo gramas).
- d) 35 kg (trinta e cinco quilogramas).
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

21. A NHO 01 – Norma de Higiene Ocupacional da Fundacentro, define Dose de ruído como:

- a) Parâmetro utilizado para caracterização da exposição ocupacional do ruído, expresso em porcentagem de energia sonora, tendo por referência o valor máximo da energia sonora admitida, definida com base em parâmetros preestabelecidos (q, CR, NLI).
- b) Dose referente à jornada diária.
- c) Parâmetro utilizado para caracterização da exposição ocupacional do ruído, expresso em porcentagem de energia sonora, tendo por referência o valor máximo da energia sonora admitida, definida com base em parâmetros preestabelecidos (q, RC, NLI).
- d) Parâmetro utilizado para caracterização da exposição ocupacional do ruído, expresso em porcentagem de energia sonora, tendo por referência o valor máximo da energia sonora admitida, definida com base em parâmetros preestabelecidos (p, CR, LNI).
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.



22. A NHO 1 (Norma de Higiene Ocupacional) da Fundacentro adota como incremento de duplicação de dose “q” o valor de:
- 3.
 - 4.
 - 5.
 - 6.
 - Nenhuma das alternativas anteriores.
23. O Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo – IBUTG, abordado pela NHO 06 da Fundacentro, determina que o citado Índice pode ser medido tanto com a utilização de equipamento convencional como com equipamento eletrônico. A formulação matemática utilizada para o cálculo do valor do IBUTG para ambientes internos ou externos sem carga solar direta consiste em:
- $IBUTG = 0,4 \text{ tbn} + 0,6 \text{ tg}$.
 - $IBUTG = 0,2 \text{ tbn} + 0,8 \text{ tg}$.
 - $IBUTG = 0,3 \text{ tbn} + 0,7 \text{ tg}$.
 - $IBUTG = 0,7 \text{ tbn} + 0,3 \text{ tg}$.
 - Nenhuma das alternativas anteriores.
24. De acordo com a equação da questão anterior, o valor do IBUTG para os dados: Temperatura de bulbo úmido natural – 25° C E 27° C, equivale a:
- 27,7 °C.
 - 25,6 °C.
 - 26,0 °C.
 - 26,5 °C.
 - Nenhuma das alternativas anteriores.
25. O tempo de duração de cada atividade física do trabalhador identificada deverá ser determinado por meio de, no mínimo, três cronometragens, obtidas observando-se o trabalhador na execução do seu trabalho. Para cada situação térmica identificada, tem-se:
- O horário de início e fim da medição; descrição das características ambientais e operacionais que a compõem; os dados obtidos nas medições de temperatura; os dados de cronometragem do tempo de duração da situação.
 - Descrição das operações e procedimentos que a compõem; o horário de início e fim da medição.
 - Os dados de cronometragem do tempo de duração da atividade.
 - O horário de início e fim da medição; os dados de cronometragem do tempo de duração da atividade.
 - Nenhuma das alternativas anteriores.
26. Quanto à NBR 9061 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, está correto afirmar que:
- Publicada em 30/09/1985 e em vigor até a presente data, fixa as condições de segurança exigíveis a serem observadas na elaboração do projeto e execução de escavações de obras civis, a céu aberto, em solos e rochas, não incluídas escavações para mineração e túneis.
 - Aborda a importância das cores na sinalização de segurança do trabalho.
 - Determina as cores a serem utilizadas nas tubulações industriais.
 - Foi cancelada em 06/11/2013.
 - Nenhuma das alternativas anteriores.
27. A ABNT, em sua NBR 13434 – 3: 2005, NBR 13434 – 2: 2004, NBR 13434 -1: 2004, trata da sinalização de segurança contra incêndio e pânico, com a seguinte divisão:
- Parte 1: Princípios de Projeto; Parte 2: Símbolos e suas formas, dimensões e cores; Parte 3: Requisitos e métodos de ensaios.
 - Parte 1: Princípios de Projeto; Parte 2: Requisitos e métodos de ensaios; Parte 3: Símbolos e suas formas, dimensões e cores.



- c) Parte 1: Símbolos e suas formas, dimensões e cores; Parte 2: Princípios de Projeto; Parte 3: Requisitos e métodos de ensaios.
- d) Parte 1: Requisitos e métodos de ensaios; Parte 2: Símbolos e suas formas, dimensões e cores; Parte 3: Princípios de Projeto.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.
28. Os extintores de incêndio portáteis são abordados pela NBR ABNT 15808: 2013, que especifica os requisitos que garantem a segurança, confiabilidade e desempenho dos extintores de incêndio portáteis do tipo recarregável e descartável. Para os líquidos inflamáveis, pode-se afirmar que:
- a) não é recomendável utilizar o extintor com carga de pó.
- b) é recomendável utilizar o extintor com carga de água.
- c) é recomendável utilizar o extintor com carga de CO₂.
- d) as alternativas A e C estão corretas.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.
29. A ABNT, em sua NBR 7195:1995, fixa as cores que devem ser usadas para a prevenção de acidentes, empregadas para identificar e advertir contra riscos. A cor alaranjada deve ser utilizada para:
- a) partes móveis e perigosas de máquinas e equipamentos; faces e proteções internas de caixas de dispositivos elétricos que possam ser abertas e equipamentos de salvamento aquático, como boias circulares, coletes salva-vidas, flutuadores salva-vidas e similares.
- b) portas e aberturas que dão acesso a locais onde se manipulam ou armazenam materiais radioativos; locais onde tenham sido enterrados materiais radioativos.
- c) portas e aberturas que dão acesso a locais onde se manipulam ou armazenam materiais radioativos; artes móveis e perigosas de máquinas e equipamentos;
- d) escadas portáteis, exceto as de madeira; corrimãos, parapeitos, pisos e partes inferiores de escadas; espelhos de degraus.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.
30. De acordo com a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Previdência Social, na sua subseção IV, no tocante à aposentadoria especial, pode-se afirmar que:
- a) a empresa deverá elaborar e manter atualizado o perfil profissiográfico, abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento.
- b) durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.
- c) a empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe, durante o período de auxílio-doença, a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.
- d) o segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como licenciado.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.
31. Para a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Previdência Social, a perda da audição, em qualquer grau, somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente, quando:
- a) além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- b) for dada prioridade aos segurados em benefício por incapacidade temporária e atenção especial aos aposentados e pensionistas.
- c) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional.
- d) a soma dos tempos de serviço ultrapassar 30 (trinta) anos, se do sexo feminino, e 35 (trinta e cinco) anos, se do sexo masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.



32. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços com relação ao segurado:
- Aposentadoria especial; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade.
 - Auxílio-reclusão; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade.
 - Salário-família; salário-maternidade; auxílio-acidente; pecúlios.
 - Pecúlios; auxílio - reclusão; auxílio - doença.
 - Nenhuma das alternativas anteriores.
33. A Norma Regulamentadora – NR 09 do TEM, que trata do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, considera como riscos ambientais os agentes:
- físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.
 - físicos, químicos, biológicos e mecânicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.
 - físicos, químicos, biológicos e ergonômicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.
 - físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.
 - nenhuma das alternativas anteriores.
34. A ABNT, na NBR 13434-2, trata da sinalização de segurança contra incêndio e pânico. As figuras abaixo significam respectivamente:



- Cuidado, veneno; Cuidado, risco de desabamento.
 - Cuidado, risco de exposição a produtos tóxicos; Cuidado, risco de explosão.
 - Cuidado, risco de exposição a produtos tóxicos; Cuidado risco de desabamento.
 - Cuidado, recipiente com produtos tóxicos.
 - Nenhuma das alternativas anteriores.
35. A Norma Regulamentadora – NR 32 do MTE trata da Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde e considera riscos biológicos para fins de aplicação desta:
- a probabilidade da exposição ocupacional do trabalhador ao citado agente.
 - a exposição comprovada de agentes biológicos.
 - o contato com pacientes infectados.
 - vírus, bactérias e animais peçonhentos.
 - nenhuma das alternativas anteriores.

36. No que se refere à organização da educação nacional, a LDB nº 9.394/96 estabelece que:

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino;
- II. A União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e os dos Territórios; prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva; estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;
- III. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- IV. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Nesse sentido, podemos afirmar que:

- a) Todas as alternativas são verdadeiras.
- b) As alternativas I, II e III são verdadeiras.
- c) As alternativas II e III são verdadeiras.
- d) As alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.

37. Compreendendo que a gestão do trabalho escolar como processo que vem se consolidando como resultante das lutas dos educadores brasileiros em busca da consolidação de um modelo de escola pautado nos princípios democráticos, é possível afirmar que:

- I. Apesar da discussão da gestão democrática tomar assento, de forma sistematizada na educação brasileira, a partir da inserção do princípio constitucional na Constituição Federal de 1988 e da LDB 9.394/96, tal discussão vem materializar, na forma da lei, os processos de luta que nascem nos idos dos anos 30 do século passado;
- II. O movimento de redefinição das práticas administrativas no interior das escolas é um processo inerente ao próprio movimento de redefinição da sociedade que, partindo de um modelo de escola tradicional, se redefine em busca de práticas que superem as relações de trabalho horizontalizadas e rigidamente marcadas;
- III. A concepção de gestão vai além da ideia de administração escolar, mas não a substitui, visto que atribui aos gestores a responsabilidade pela condução dos processos administrativos e pedagógicos na escola;
- IV. O Projeto Político Pedagógico da escola nasce dos interesses da comunidade escolar em materializar o processo de gestão democrática nas organizações escolares, em busca de uma ação conjunta e partilhada, pensando a escola na sua totalidade, definindo coletivamente as necessidades e delegando ao gestor administrativo a responsabilidade pelo encaminhamento da decisão final, visto ser o representante legal das instâncias colegiadas na/da escola.

Com base nas afirmações, pode-se afirmar que:

- a) Apenas a alternativa I é verdadeira.
- b) As alternativas II e III são verdadeiras.
- c) Apenas a alternativa III é falsa.
- d) As alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) As alternativas III e IV são falsas.



38. A compreensão do Currículo como espaço de legitimação do pensar dos diferentes atores sociais, tem tomado, ao longo da história, diferentes configurações a partir das teorias do currículo. Assim, o currículo é percebido como campo em construção e território contestado. Acerca do currículo, pode-se afirmar que:

- I. A relação entre contexto socioeconômico e político, educação e currículo oficial evidencia-se em todos os períodos da história da educação brasileira, à medida que as políticas educacionais e os currículos oficiais, são fruto das relações mais amplas que ocorrem na sociedade, ou seja, os currículos oficiais foram adequados aos contextos, especialmente na garantia dos interesses dominantes, atendendo às necessidades econômicas e políticas, na medida do desenvolvimento da sociedade;
- II. Com base nas teorias tradicionais, a escola fora pensada como uma fábrica sendo seu foco identificar os objetivos da educação, formar o trabalhador especializado e proporcionar uma educação geral e acadêmica a população. Nesse momento, escola e currículo foram utilizados por forças políticas, econômicas e culturais, objetivando envolver a educação das massas e assim garantir a disseminação da ideologia dominante;
- III. As teorias pós-críticas evidenciam as discussões do currículo multiculturalista, com destaque para a diversidade das formas culturais do mundo contemporâneo, onde nenhuma cultura pode ser julgada não superior a outra, validando o movimento de contraposição ao currículo universitário clássico, que privilegiava a cultura branca, masculina, europeia e heterossexual, ou seja, a cultura socialmente dominante;
- IV. As teorias críticas e pós-críticas surgem com a reconfiguração dos cenários sociais, bem como com a necessidade de interrogar o caráter de neutralidade da educação escolar e do currículo e questionar a mera transmissão de saberes elaborados por um determinado grupo.

Sobre as alternativas, é certo afirmar que:

- a) Todas as alternativas são falsas.
- b) Apenas a alternativa II é falsa.
- c) Apenas a alternativa IV é verdadeira.
- d) Todas as alternativas são verdadeiras.
- e) Apenas a alternativa III é verdadeira.

39. Os estudiosos da educação, como Libâneo (2008), concordam em classificar as tendências pedagógicas em dois grupos: as de cunho liberal e as de cunho progressista. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- I. Na Tendência Pedagógica Liberal Tradicional, a didática é uma disciplina normativa, que regulamenta o ensino a partir de regras e princípios. A atividade de ensinar é centrada no professor, e os alunos “gravam” a matéria a partir das aulas expositivas e repetição de exercícios.
- II. A Tendência Pedagógica Progressista Libertadora, pautada nas ideias de Freire, propõe que a atividade escolar seja centrada na discussão de temas sociais e políticos, baseados na realidade social dos sujeitos inseridos no processo de ensino-aprendizagem. Professor e alunos analisam problemas e realidades do meio socioeconômico e cultural da comunidade local, visando à ação coletiva para a resolução dessas problemáticas a partir dos temas geradores.
- III. A Tendência Pedagógica Liberal Tecnicista se desenvolveu no Brasil na década de 1950, ganhando maior autonomia a partir dos anos de 1960. Ela é inspirada na teoria montessoriana de aprendizagem, sendo imposta as escolas pelos organismos oficiais conforme a orientação política do regime militar vigente. O professor é um administrador e executor do planejamento, tendo como focos a técnica instrumental e o uso de manuais de instrução.
- IV. A Tendência Pedagógica Progressista Crítico-Social dos Conteúdos parte dos interesses majoritários da sociedade, atribuindo à instrução e ao ensino o papel de proporcionar aos alunos o domínio de conteúdos científicos, os métodos de estudo e habilidade e hábitos de raciocínio científico, de maneira que possibilite a formação da consciência crítica face à realidade social, tendo o professor como modelador desse processo de ensino e aprendizagem.

Com base nas alternativas, podemos afirmar que:

- a) Apenas as alternativas I e III são verdadeiras.
- b) Apenas as alternativas II e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as alternativas I e IV são falsas.
- d) Apenas as alternativas II e III são falsas.
- e) Apenas as alternativas III e IV são falsas.



40. A educação especial, como modalidade de ensino transversal a todos os níveis e etapas, é parte integrante da educação pedagógica regular e dentro de uma proposta de gestão escolar democrática, deve ser prevista no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, respeitando as especificidades a ela atribuídas. Nesse sentido, pode-se afirmar que é verdadeira a alternativa:

- a) Os processos de inclusão, a partir do que está posto na legislação brasileira e mais especificamente no Parecer CNE/CB 7/2010, que legitima as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, defendem que, dentre outras questões, sejam observadas as orientações de pleno acesso e efetiva participação dos estudantes no ensino regular, a oferta do atendimento educacional especializado, bem como a formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas.
- b) No sentido de atender ao imperativo da educação como direito de todos, a sociedade brasileira e seus sistemas escolares têm-se mobilizado no tocante ao atendimento a todas as demandas próprias dessa oferta de ensino, primando pelo atendimento aos sujeitos professores e alunos dessa modalidade de ensino. Assim dizendo, no território nacional temos uma concepção de escola efetivamente inclusiva.
- c) A materialização de uma sociedade e de uma escola inclusiva se reafirma pela declaração do direito e respeito a pessoa humana, corporificada nas políticas e práticas educacionais.
- d) O Projeto de Lei nº 8035/2010, que cria o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), traz um novo desafio aos sistemas de ensino quando em sua meta 4: propõe “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação na rede regular de ensino”, sendo responsabilidade tão somente dos entes federados tal oferta.
- e) Apesar dos esforços empreendidos pela legislação brasileira no sentido de solidificar sistemas educacionais comprometidos com o processo de inclusão nas escolas da rede regular de ensino, percebe-se tal proposição como algo que jamais se consolidará em nossa sociedade, haja vista seu alicerce nas bases das relações autoritárias, marcada por preconceitos, divisão e segregação daqueles que não estão preparados para o mundo do trabalho. Nesse sentido, qualquer proposta que se contraponha ao movimento “natural” da sociedade e seus condicionantes está fadada ao fracasso.

41. Em setembro de 2012, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução nº 06 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. De acordo com essa Resolução, podemos afirmar que:

- I. A Educação Profissional e Tecnológica abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; educação profissional técnica de nível médio; educação profissional tecnológica, de graduação e de pós-graduação;
- II. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, em que a primeira é apenas na forma integrada a essa etapa da Educação Básica;
- III. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio articula-se com o Ensino Médio e suas diferentes modalidades de ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, e com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura;
- IV. Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais.

Com base nas assertivas, é correto dizer que:

- a) Apenas as alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- b) Apenas as alternativas I, II e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- d) Apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.
- e) Todas as alternativas são verdadeiras.

42. Atentando para o fato de que a gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, considerando o todo em relação as suas partes e destas entre si, promovendo assim maior efetividade na coordenação dos processos, afinados com as diretrizes e políticas educacionais públicas, podemos afirmar que:

- I. Em se tratando do Projeto Político Pedagógico (PPP) e seu imbricamento na relação com a gestão escolar, por razões pedagógicas e técnico-administrativas, reforçam-se hoje a necessidade e o desafio de cada escola construir seu projeto e administrá-lo, visto ser uma tarefa fácil, já que é um trabalho distribuído entre os vários segmentos da escola, dado o fato de ser um documento importante para a instituição;



- II. Quando se pensa que os pressupostos basilares da administração não podem ser substituídos pelos pressupostos da gestão, tal afirmação se sustenta dado o fato de que os processos de racionalização, com ênfase na burocratização e na tecnocracia, têm sido os responsáveis pela eficiência e a eficácia esperada pelo sistema educacional brasileiro;
- III. O movimento de democratização das relações de trabalho nas organizações escolares rediscute o papel dos diferentes profissionais nas escolas, percebendo aqueles que, outrora subalternos, que aceitavam, humilhados, ser alijados do processo de discussão pedagógica, na contemporaneidade, pensam seu mundo e vão construindo-se cotidianamente;
- IV. A organização e gestão da escola visa à promoção do envolvimento das pessoas no trabalho, por meio da participação consciente, da avaliação do acompanhamento dessa participação, no sentido de estabelecer relações de trabalho que possibilitem a efetivação do trabalho na escola e na sala de aula;
- V. Analisando as relações construídas sob as bases do modo de produção capitalista, percebe-se que há uma impossibilidade estrutural de se construírem relações de trabalho democráticas nas organizações escolares, pois isto estaria em contraposição ao que historicamente tem se cristalizado como modelo socialmente válido, basta a escola adaptar-se à esse modo de produção capitalista.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas a alternativa I.
- b) As alternativas I, III e IV.
- c) Apenas a alternativa V.
- d) As alternativas III e IV.
- e) Apenas a alternativa II.

43. No que se refere à organização curricular e à duração dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é correto afirmar que:

- a) A estruturação dos cursos é orientada pela concepção do eixo tecnológico, considerando a matriz tecnológica; o núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso; os conhecimentos e as habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza vinculados à Educação Básica; a pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos articulados ao mundo do trabalho; e a atualização permanente dos cursos e currículos.
- b) Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma articulada, têm cargas horárias totais de, no máximo, 3.000, 3.100 ou 3.200 horas.
- c) A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pelo mercado de trabalho como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente.
- d) O currículo, apresentado no plano de curso e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.
- e) Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma articulada integrada com o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, têm carga horária mínima de 2.000 horas, devendo assegurar, cumulativamente, o mínimo de 1.000 horas para a formação no Ensino Médio, acrescidas 1.000 horas destinadas à formação profissional do técnico de nível médio.

44. Em se tratando do planejamento e da avaliação como ações inerentes à prática docente, podemos afirmar que:

- I. Os estudos das estruturas macro e suas relações com as estruturas micro nos levam à análise da avaliação como instrumento para exercício do poder. Desse modo, as relações de poder materializadas desde as práticas sociais mais elementares perpetuam nas práticas escolares e nas suas propostas avaliativas. Desse modo, perde o sentido falar-se em avaliação numa perspectiva mais democrática, visto que nada mais é do que um processo de seleção e classificação dos sujeitos e de suas aprendizagens;
- II. Planejar, na perspectiva contemporânea, constitui-se momento de reflexão sobre o processo de ensino, enquanto que a avaliação nesse processo responde pela verificação das aprendizagens;
- III. Dada a dinâmica da prática docente e dos interesses e necessidades dos estudantes, insistir no planejamento é buscar prisões, impedir a inspiração, esquecer-se das pessoas. Dado o fato dos professores já dominarem a ação do planejamento, pode-se dizer que o planejamento tira a liberdade porque constringe a ir por ele sem deixar outros caminhos;



IV. A avaliação tem sido discutida na perspectiva de se constituir como processo contínuo de análise do processo de ensino aprendizagem, possibilitando a revisão do processo e replanejamento das várias etapas do processo do trabalho docente.

Sobre as alternativas, podemos afirmar que:

- a) Todas são falsas.
- b) Todas são verdadeiras.
- c) Apenas a alternativa I é verdadeira.
- d) As alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) Apenas a alternativa IV é verdadeira.

45. A Lei nº 11.645/2008 altera a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Com base nessa legislação, podemos afirmar que:

- I. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena para as escolas públicas, ficando facultado para as escolas privadas;
- II. O conteúdo programático a que se refere esta Lei incluirá os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil;
- III. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no currículo escolar, apenas nas áreas de educação artística, de literatura e da história brasileira.

Dessa forma, podemos afirmar que:

- a) Todas as alternativas são verdadeiras.
- b) Todas as alternativas são falsas.
- c) Apenas as alternativas I e II são falsas.
- d) Apenas as alternativas II e III são falsas.
- e) Apenas as alternativas I e III são falsas.

46. Frigotto (2010), discutindo acerca das formas que assume o trabalho no capitalismo, discute a dupla face do trabalho, seja em sua dimensão criadora da vida humana (dimensão ontológica), ou o trabalho assalariado. Acerca das questões pertinentes ao trabalho e sua relação com a educação, podemos afirmar que:

- I. O trabalho, em seu sentido de produção de bens úteis, materiais e simbólicos ou criador de valores de uso, é condição constitutiva da vida dos seres humanos em relação aos outros;
- II. A concepção de trabalho como princípio educativo carrega em seu bojo o conceito ontológico de propriedade: o direito de o ser humano, em relação e acordo solidário com os demais, apropriar-se, transformar, criar e recriar, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia;
- III. Nas sociedades alicerçadas no modo de produção capitalista, a produção exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda da força de trabalho. O trabalhador vende e o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador. Daí ser o trabalho o sustentáculo do capital, estando a ele submetido e por ele regulado, não cabendo contestação de tal modelo;
- IV. Quando se pensa em uma educação que responda aos anseios da sociedade contemporânea, faz-se necessário tratar de combater o ideário e os valores neoliberais e de prosseguir lutando para construir sociedades fundadas nos valores e princípios da igualdade, da solidariedade e da generosidade humana, colocando a ciência e a técnica e os processos educacionais a serviço da dilatação da vida para todos os seres humanos.

Com base nas asserções, está(ão) correta(s) a(s) alternativa(s):

- a) Apenas a alternativa II.
- b) As alternativas I, II e III.
- c) As alternativas I e IV.
- d) As alternativas I, II e IV.
- e) Todas as alternativas.



47. O papel da didática na formação de professores tem possibilitado grandes reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem. O objeto de estudo da didática é o processo de ensino-aprendizagem, pautado no princípio da multidimensionalidade (CANDAU, 2005), a partir das dimensões humana, técnica e político-social. Nesse sentido, podemos afirmar que:

- I. Ensino-aprendizagem é um processo que está sempre presente no relacionamento humano. Na dimensão humanista, a relação interpessoal é o centro do processo, envolvendo os aspectos afetivos na interação em sala de aula, não podendo ser ignorada;
- II. Em relação à dimensão técnica, o processo de ensino-aprendizagem se dá de forma intencional, sistemática e planejada. A ênfase é dada nas técnicas de ensino e nos manuais de instrução, garantido a aprendizagem dos alunos, sem articulação com os demais aspectos que permeiam a prática docente;
- III. A dimensão político-social perpassa todo o processo de ensino-aprendizagem, pois trata de pessoas concretas que têm uma posição de classe definida na organização social em que vivem, percebendo que o contexto social faz parte de toda prática pedagógica;
- IV. A didática busca superar a fragmentação da visão reducionista da relação entre as diferentes dimensões, propondo uma articulação entre elas e o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, é correto dizer que:

- a) Apenas as alternativas I e IV são falsas.
- b) Apenas a alternativa IV é falsa.
- c) Apenas as alternativas I e III são falsas.
- d) Apenas a alternativa II é falsa.
- e) Todas as alternativas são falsas.

48. No que se refere à Educação Básica, a LDB nº 9.394/96 define que:

- I. A Educação Básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, em que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, reduzindo o número de horas letivas previsto nesta Lei;
- II. A Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, terá a carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de cento e oitenta dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;
- III. Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos;
- IV. Na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente nos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; na organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; na adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e III.

49. Buscando uma leitura do trabalho nas sociedades apontadas no modo de produção capitalista, suas múltiplas faces e dimensões, pode-se afirmar que:

- I. Mesmo compreendendo que o capital não pode subordinar a ciência, a tecnologia, o trabalho e os processos educacionais e se constituir na medida da vida, visto que é o ser humano o centro e a medida de tudo, tal asserção não se sustenta na contemporaneidade se pensarmos o trabalho a partir de sua dimensão de exploração, onde, na maior parte das vezes, se dá em condições de um trabalho repetitivo, vigiado e mal remunerado, o que anula qualquer entendimento contrário à ideia de trabalho nas sociedades capitalistas;



- II. Como criador da vida humana, o trabalho transforma os bens da natureza ou os produz para responder, antes de tudo, às suas múltiplas necessidades. Logo, constitui-se imprescindível ao homem desde sempre;
- III. O trabalho como princípio educativo vincula-se à forma de ser dos seres humanos, pois somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo”;
- IV. Nas discussões sobre o trabalho no capitalismo, não tomam assento as questões acerca do trabalho como princípio educativo, dado seu caráter alienador e mutilador da vida dos trabalhadores, visto ser o processo de trabalho dominado e modelado pela acumulação e expansão do capital e para a criação de um lucro.

Não são verdadeiras, as afirmativas:

- a) I, III e IV.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) Apenas a alternativa I.

50. São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- I. Relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- II. Trabalho assumido princípio do modo de produção capitalista, com enfoque no mercado e com base na proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- III. Articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da segregação entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- IV. Reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;
- V. Reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e população do campo;
- VI. Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II, III e IV.
- b) II, III, IV e V.
- c) II, III e VI.
- d) I, II, V e VI.
- e) I, IV, V e VI.



RASCUNHO

